Plano Estadual de EDUCAÇÃO

Meta 12

Educação Superior – Expansão

2025

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
Tarcísio de Freitas

Secretário da Educação
Renato Feder

Secretário Executivo
Vinícius Mendonça Neiva

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

Presidente
Fabricio Moura Moreira

Diretor Administrativo e Financeiro
Tiago Michele Ziruolo

Diretor de Obras e Serviços
Gustavo Teixeira Leite de Rodrigues

Diretora de Tecnologia da Informação
Luzia Valéria Sarno

Diretora de Projetos Especiais
Bety Tichauer

Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Av. São Luís, 99 – República - 01046-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3158-4000 - www.fde.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Plano Estadual de Educação

Meta 12 – Educação Superior

Expansão

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

São Paulo, 2025

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....7

Indicador 12A: Taxa Bruta de Matrículas na Graduação.....7

Indicador 12B: Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior 10

Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão das matrículas de graduação...14

Considerações Finais.....17

ANEXOS 19

Anexo I – Taxa bruta de matrícula na graduação – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.....21

Anexo II – Taxa líquida de escolarização na educação superior – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 25

Anexo III – Matrículas na graduação por dependência administrativa – São Paulo 29

PLANO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO: RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

Considerações iniciais

A Meta 12 do Plano Estadual da Educação – PEE[1] tem por escopo a expansão, com qualidade, das matrículas nos cursos de graduação, com enfoque em três objetivos que devem ser alcançados até o final de sua vigência: a) *"elevar a taxa bruta de matrícula para 50,0% (cinquenta por cento); b) elevar a taxa líquida de escolarização na educação superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos para 33% (trinta e três por cento) e, c) expandir a oferta de novas matrículas no segmento público para, pelo menos, 40% (quarenta por cento)*".

Para o monitoramento desses três objetivos no Estado de São Paulo, apresentam-se, neste relatório, os seguintes indicadores da educação superior:

- *Indicador 12A: Taxa bruta de matrícula na graduação (TBM).*
- *Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE).*
- *Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.*

Os dois primeiros indicadores (12A e 12B) são taxas de cobertura da educação superior tendo como base a população total de 18 a 24 anos. Tal como os demais indicadores que avaliam o acesso e cobertura populacional da educação, a referência são os dados publicados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Contínua: Educação – segundo trimestre. A série histórica para este monitoramento abarca o período de 2012 a 2023.

O indicador 12C compara a variação das matrículas no segmento público com a variação total das matrículas nos *cursos de graduação*, utilizando os registros do Censo da Educação Superior (CES)/ Inep.

Indicador 12A: Taxa Bruta de Matrículas na Graduação

Meta: Taxa bruta de matrícula na educação superior de 50% até 2026.

A taxa bruta da matrícula (TBM) é resultado da razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) e o total da população de 18 a 24

[1] PEE: Lei Estadual nº 16.279/2016.

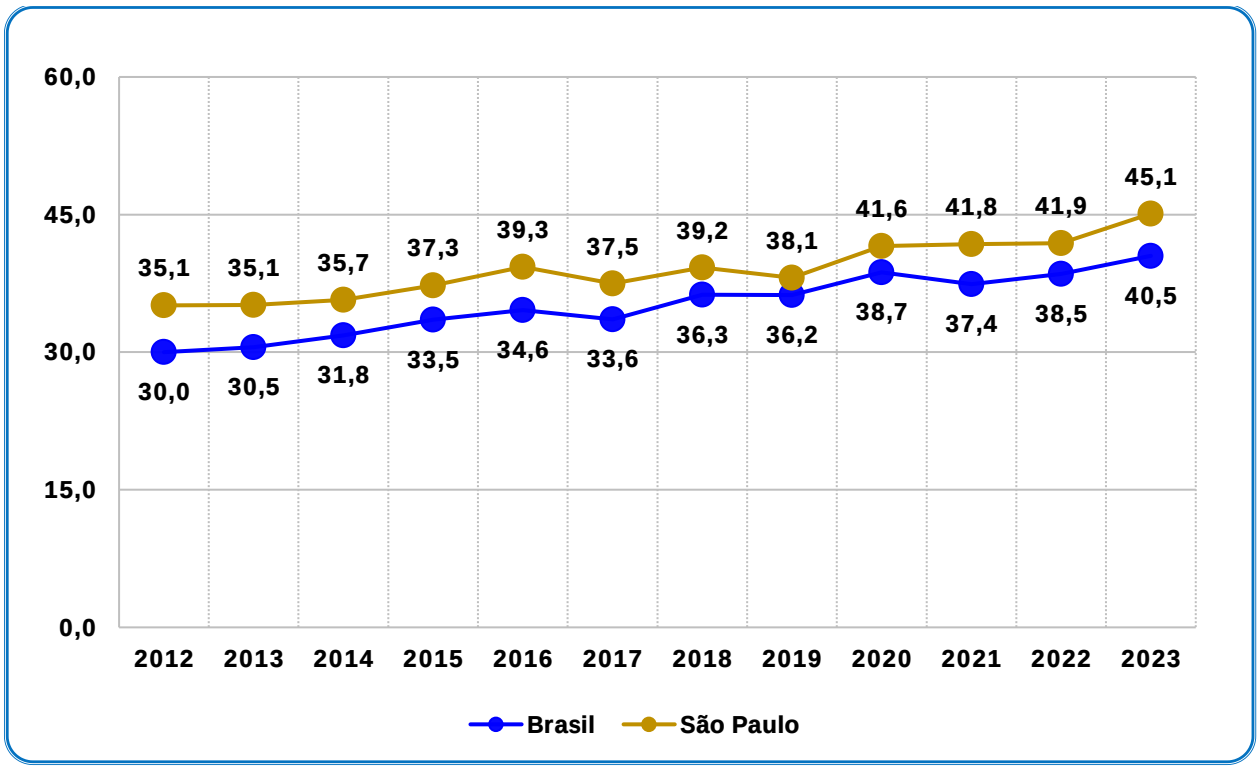
anos, que é a faixa de idade considerada como referência pelo Inep para calcular as taxas de cobertura dos cursos de graduação[2].

A evolução da TBM no Estado de São Paulo, no período de 2012-2023, apresentou duas fases distintas. A primeira fase, que vai de 2012 a 2016, foi marcada por um crescimento constante – evoluiu de 35,1% para 39,3% – aumento de 4,2 pontos percentuais em quatro anos. A segunda fase – de 2016 a 2023, foi marcada por oscilações, alternando retração e crescimento: a expansão acumulada nesse último período ficou em 5,8 pontos percentuais, 1,6 pontos acima do ritmo observado na fase anterior.

A meta de 50% de *taxa bruta de matrícula* ainda está distante de ser atingida, uma vez que a evolução total no período de 2012-2023 encontra-se aquém do esperado – taxa de 45,1% em 2023. A variação do indicador no período de onze anos foi de 10,0 pontos percentuais, faltando outros 4,9 pontos para atingir a meta em um curto período de tempo; no caso de São Paulo, mais um ano, uma vez que a Lei que aprovou o plano é de julho de 2016.

Esse resultado evidencia a necessidade de políticas públicas robustas e eficazes para ampliar o acesso aos cursos de graduação na educação superior do estado, ampliando a oferta de preferência nas redes públicas (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1: Brasil e Estado de São Paulo
Evolução da taxa bruta de matrícula na graduação (TBM)
2012-2023



Fonte: Inep/Data – Painel de Monitoramento do PNE (acesso em 14/03/2025).

[2] In Inep/Data/ Painel de Monitoramento/Ficha Técnica.

Embora a TBM em São Paulo seja um pouco mais elevada que a mesma taxa da média brasileira, em nenhuma dessas regiões o indicador se aproximou da meta.

Tabela 1: Brasil e Estado de São Paulo
Taxa bruta de matrícula na graduação
2012-2023

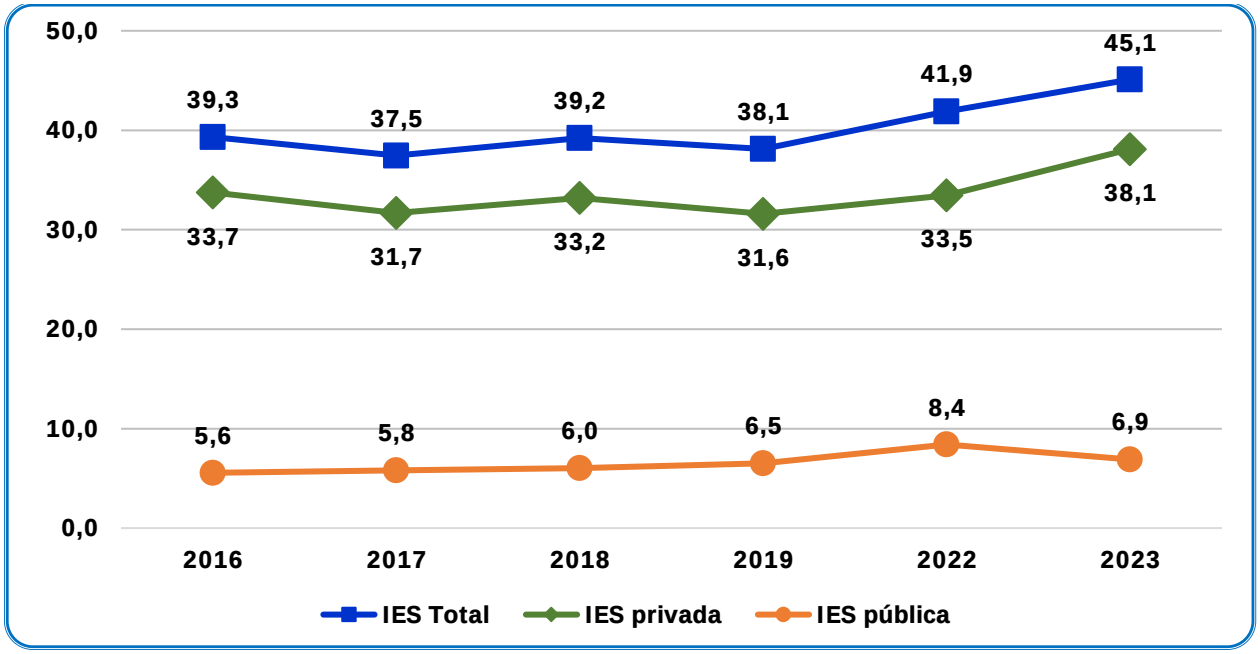
Ano	Taxa bruta (%)	
	Brasil	São Paulo
2012	30,0	35,1
2013	30,5	35,1
2014	31,8	35,7
2015	33,5	37,3
2016	34,6	39,3
2017	33,6	37,5
2018	36,3	39,2
2019	36,2	38,1
2020	38,7	41,6
2021	37,4	41,8
2022	38,5	41,9
2023	40,5	45,1
Variação em pontos percentuais		
2012-2023	10,5	10,0

Fonte: Inep/Data – Painel de Monitoramento do PNE (acesso em 14/03/2025).

O gráfico 2 traz a distinção entre o percentual da população que declarou frequentar instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Essas informações encontram-se disponíveis apenas na Pnad Contínua/IBGE – série histórica a partir de 2016, com a interrupção da divulgação de dados nos dois anos afetados mais fortemente pela pandemia de Covid-19 (2020-2021). Para este gráfico, foram acrescentados os dados recém-divulgados pelo IBGE/Pnad-C de 2023. Entre 2022 e 2023 a expansão total foi de 3,2 pp: a TBM que em 2022 havia registrado 41,9% subiu para 45,1% neste último ano, ficando a 4,9 pp da meta de 50,0%.

É nítida a prevalência do ensino superior no segmento privado; em 2016, quando a TBM alcançou 39,3% da população paulista, 33,7% referiam-se às matrículas neste setor, cujas taxas oscilaram até 2022; contudo a expansão neste último ano retomou o crescimento ficando com uma taxa bruta de 38,1% em 2023 – a taxa mais elevada.

Gráfico 2: Estado de São Paulo
Evolução da taxa bruta de matrícula por dependência administrativa
2016-2019/2023



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).

Entre 2016 e 2022, a taxa bruta de matrícula nas IES públicas, embora inferiores a 8,5%, registraram um crescimento contínuo até 2022, porém em 2023 ficou 1,5 pontos percentuais abaixo do registro em 2022, retrocedendo para 6,9%.

O IBGE não disponibilizou informações que permitissem a construção de indicadores de TBM por localização (urbana e rural), sexo e cor ou raça.

A série histórica da TBM por Unidades da Federação compõe o Anexo I deste relatório, permitindo comparar a posição do indicador no Estado de São Paulo entre as demais unidades da federação.

Indicador 12B: Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior

Meta: Taxa líquida de escolarização na educação superior de 33,0%.

A taxa líquida de escolarização (TLE) na educação superior é resultado da soma de dois componentes: a) o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta cursos de graduação e, b) o percentual da população de 18 a 24 anos que não frequenta, mas já concluiu cursos de graduação[3].

[3] O conceito da TLE utilizado pelo Inep é o mesmo adotado pelo IBGE: taxa ajustada de frequência escolar líquida que engloba os estudantes de determinada faixa etária frequentando ou que já concluiu o nível de ensino em relação à população total da mesma faixa de idade.

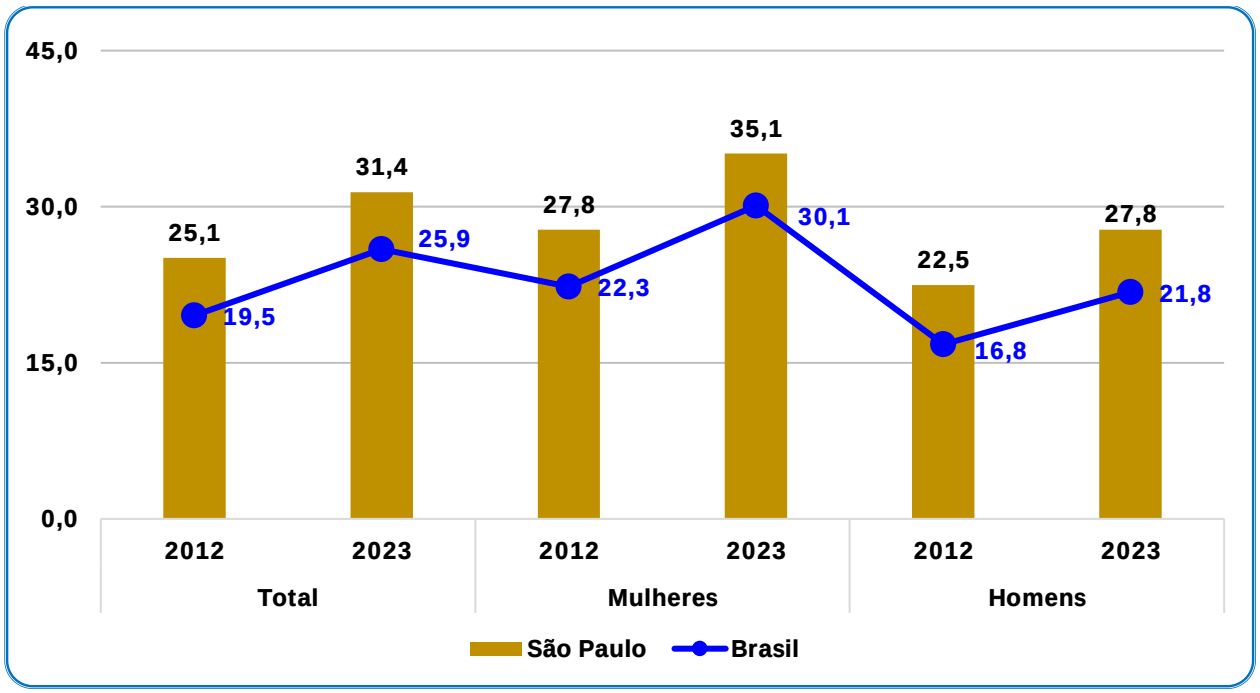
O gráfico 3 compara a TLE no estado de São Paulo com a mesma taxa no Brasil, tendo por base de início o ano de 2012 (parâmetro do diagnóstico do Plano) com o ano de 2023. A fonte desses dados encontra-se disponível no site do Inep/Data/Painel de Monitoramento – as únicas informações desta taxa que contemplam as Unidades da Federação.

Sexo é outra variável a ser considerada no comparativo entre essas duas taxas. No contexto paulista, a taxa líquida de escolarização das mulheres superou a meta prevista para o final da vigência do PEE – 33,0%, alcançando 35,1 em 2023.

Por outro lado, o inverso ocorre entre os homens: essa taxa sempre foi inferior à taxa das mulheres, evoluindo de 22,5% para 27,8 em 2023 – um crescimento de 5,3 pontos percentuais e ainda muito distante da meta, indicando que dificilmente atingirá os 33,0% estipulados para o final de vigência do PEE.

Tanto no Brasil quanto no estado de São Paulo, o comparativo entre 2012 e 2023 mostra a evolução positiva entre as variáveis disponibilizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Brasil e Estado de São Paulo
Taxa líquida de escolarização na graduação por sexo – 18 a 24 anos
2012/2023

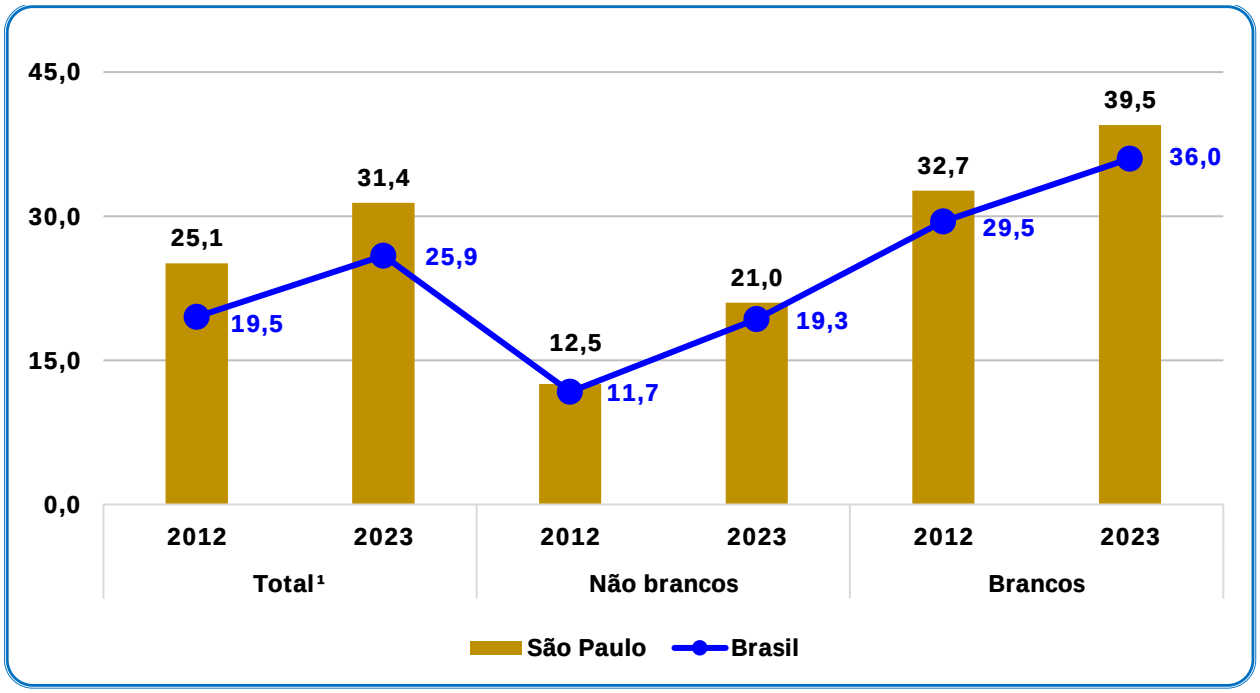


Fontes: Inep/Data – Painel de Monitoramento do PNE e IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).

O mesmo parâmetro foi utilizado para comparar a TLE no que diz respeito às variáveis que discriminam cor ou raça, evidenciando as diferenças de acesso à graduação entre os *brancos* (brancos e amarelos) e os *não brancos* (pretos, pardos e indígenas) da mesma faixa de idade – 18 a 24 anos.

Em 2012 a TLE entre os *brancos* no estado de São Paulo já se encontrava próxima da meta (33,0%), distando apenas 0,3 pontos percentuais – taxa de 32,7%, enquanto entre os *não brancos* essa taxa era de 12,5%, representando menos da metade do indicador alcançado pelos brancos e muito distante do objetivo da meta. Embora essas taxas tenham evoluído de forma positiva, ampliando o acesso dos *não brancos* aos cursos de graduação na educação superior, as desigualdades persistem. Em 2023, a taxa líquida de escolarização dos *brancos* atingiu 39,5%, enquanto essa mesma taxa para os *não brancos* ficou em 21,0% – uma diferença entre elas de 18,5 pontos percentuais. (Gráfico 4).

Gráfico 4: Brasil e Estado de São Paulo
Taxa líquida de escolarização na graduação de estudantes de 18 a 24 anos por cor ou raça
2012/2023



Fontes: Inep/Data – Painel de Monitoramento do PNE e IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).

Nota: 1 - O total inclui os autodeclarados indígenas, amarelos e cor ou raça ignorados.

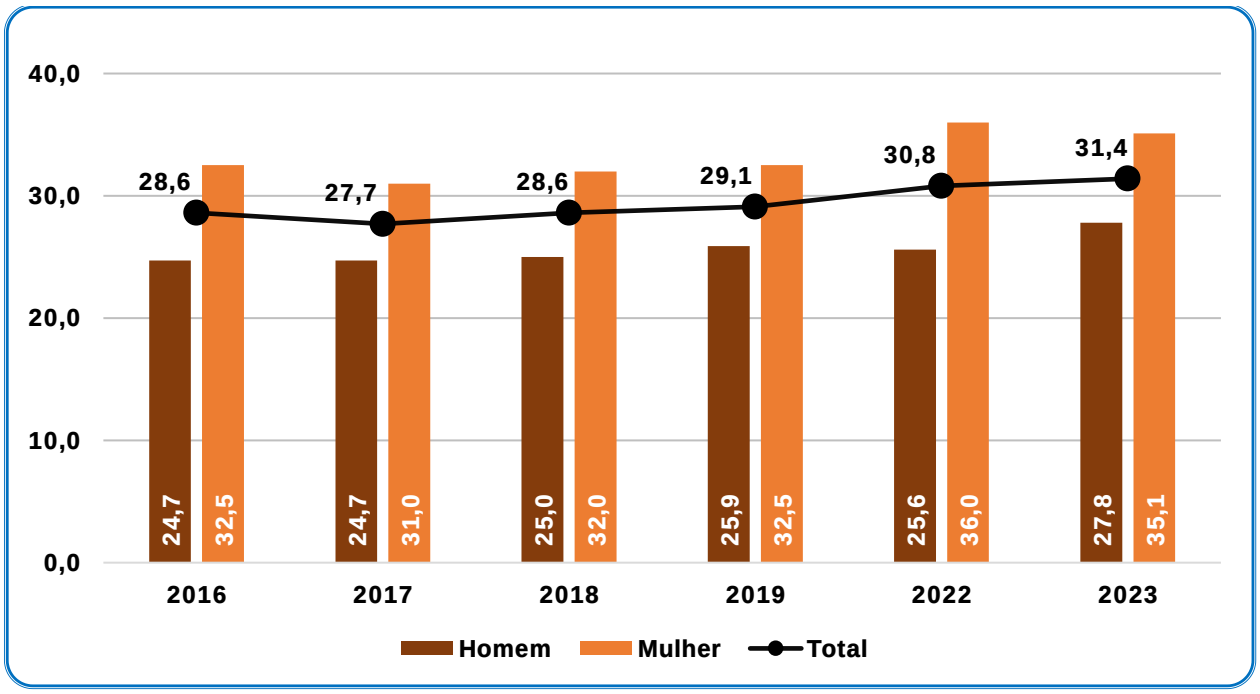
Com o intuito de observar a evolução da TLE e verificar se o crescimento tem ocorrido de forma contínua, realizou-se um exercício com base nos dados da Pnad Contínua 2023[4]. A série histórica disponível a partir de 2016 mostra avanços e estagnações. Por exemplo, a TLE dos homens era de 24,7% em 2016 e 2017, avançou para 25,0% em 2018 e 25,9% em 2019, regredindo para 25,6% em 2022 e expandindo para 27,8% em 2023.

Essa mesma taxa para as mulheres foi sempre mais elevada que a dos homens, no entanto também oscilou no período: 32,5% em 2016 e 2019; 31,0% em 2017 e 32,0% em 2018, contudo ultrapassa a meta em 2022 e 2023, alcançando 36,0% e 35,1%, respectivamente.

[4] O IBGE divulgou os dados da Pnad-C Educação, 2º trimestre de 2023, em 22/03/2024.

Fica evidente que, considerando a variável sexo, as mulheres se destacam por ter mais acesso aos cursos de graduação que os homens, tendo ultrapassado a meta já em 2022 (Gráfico 5).

Gráfico 5: Estado de São Paulo
Taxa ajustada líquida de frequência escolar dos estudantes de 18 a 24 anos por sexo 2016-2019/2022-2023



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).

Observa-se uma relação semelhante com respeito às variáveis que discriminam a taxa ajustada líquida por cor ou raça, com os autodeclarados *brancos* apresentando taxas de acesso sempre mais elevadas do que os *pretos/pardos*[5] da mesma faixa de idade: 18 a 24 anos.

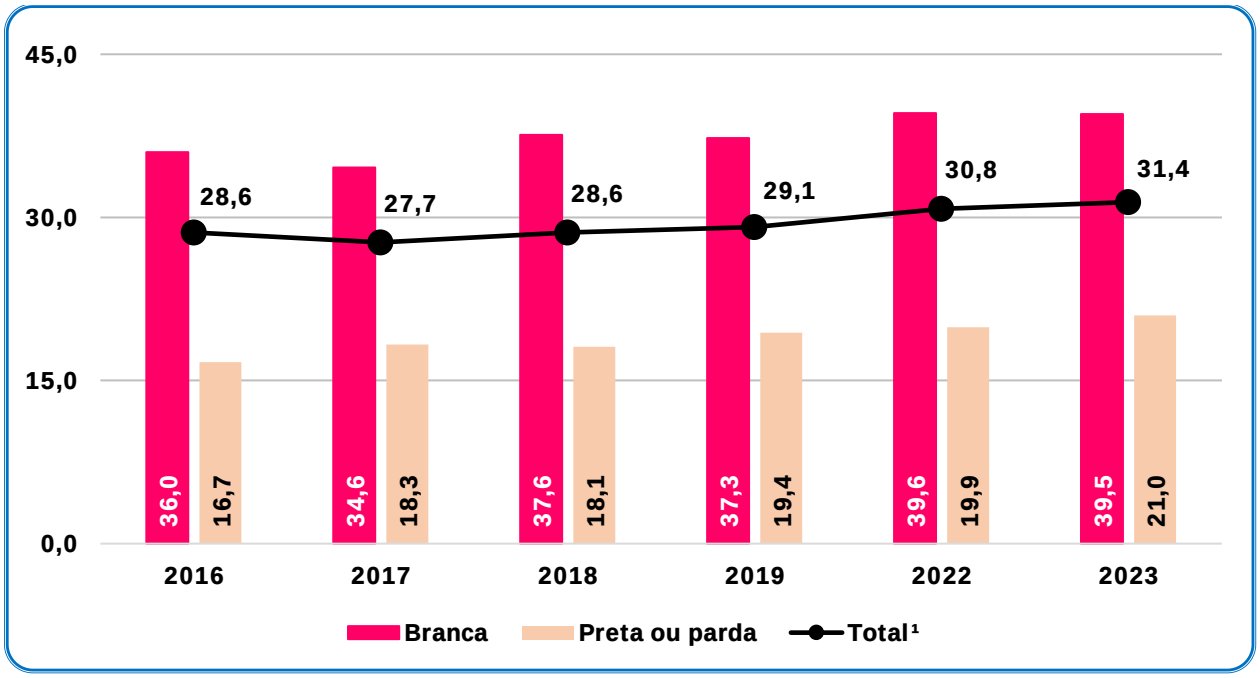
A série histórica discriminada no gráfico 6 evidencia a distância entre as taxas de acesso dos brancos em relação aos pretos/pardos. Em 2017 essa diferença era de 16,3 pp (menor diferença), em 2022 alcançou 19,7 pontos percentuais (maior diferença). Enquanto em 2016 o acesso dos jovens de cor branca já havia ultrapassado a meta – taxa de 36,0%, a mesma taxa para os pretos/pardos era de 16,7%.

Com respeito ao alcance da meta, se os brancos já ultrapassaram a taxa de 33,0%, com acesso cada vez mais elevado aos cursos de graduação, para que os pretos/pardos alcancem o objetivo estipulado, haverá necessidade de um maior esforço de políticas públicas que diminuam ou eliminem essas desigualdades, tendo em vista que a população preta/parda no

[5] A variável cor ou raça divulgada pelo IBGE na PNAD-C inclui os autodeclandos de cor amarela e os indígenas no total. Desta forma são apresentadas as taxas apenas para aqueles de cor branca em oposição aos pretos/pardos.

estado de São Paulo em 2023 ainda está 12 p.p distante da meta e constitui cerca de 40,9% dos residentes[6].

Gráfico 6: Estado de São Paulo
Taxa ajustada líquida de frequência escolar dos estudantes de 18 a 24 anos por cor ou raça
2016-2019/2022-2023



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).
Nota: 1 - O total inclui os autodeclarados indígenas, amarelos e cor ou raça ignorados.

O Anexo II traz a taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE) do Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação, onde é possível verificar a posição desse indicador no estado de São Paulo entre as demais regiões.

Indicador 12C: Participação do Segmento Público na Expansão das Matrículas de Graduação

Meta: Pelo menos 40% das novas matrículas de graduação no segmento público.

O indicador 12C tem por objetivo verificar o crescimento das matrículas nas IES públicas e se essa expansão contribuiu para aumentar o acesso à graduação no estado de São Paulo.

A fonte de dados para o cálculo desse indicador é o Censo da Educação Superior coletado e divulgado anualmente pelo Inep e calculado a partir do ano-base de 2012, dividindo-se o resultado

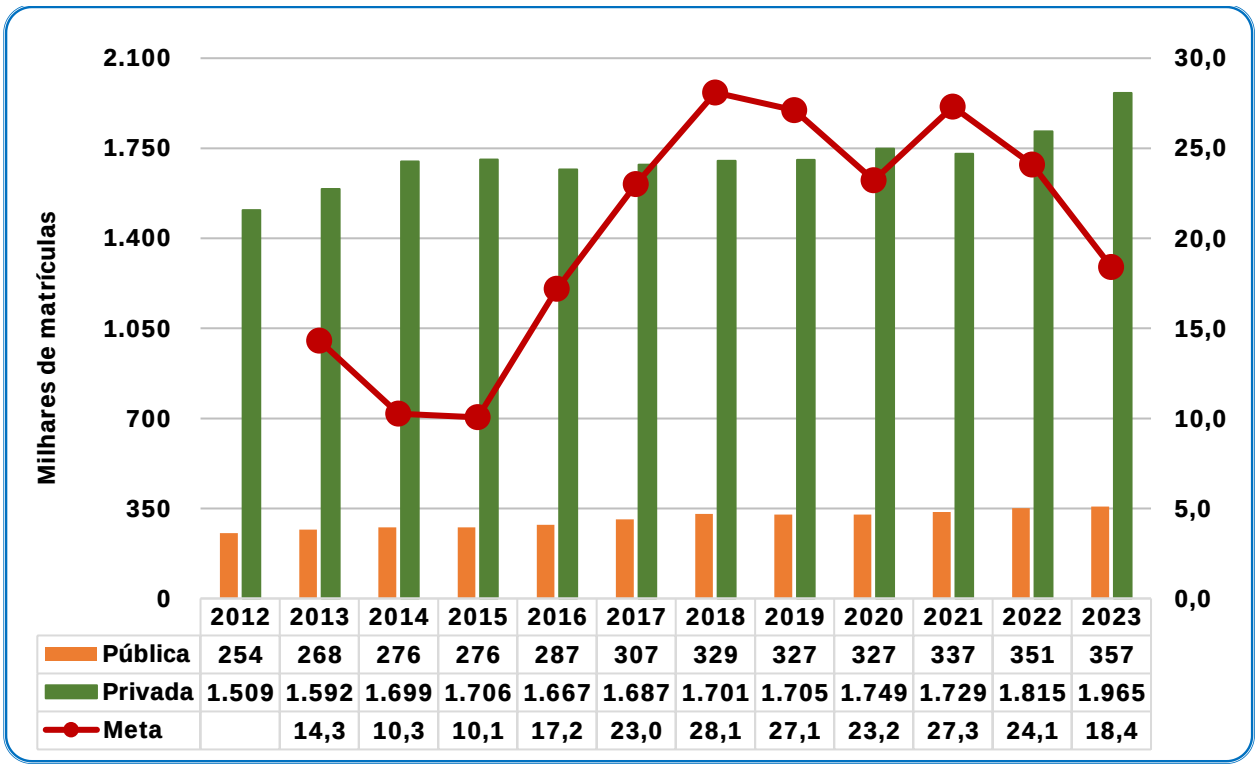
[6] IBGE – Censo Demográfico 2022.

dessa variação pelo total absoluto do crescimento de matrículas nos cursos de graduação nas IES públicas no mesmo período.

O gráfico 7 traz a evolução do indicador quanto à participação do setor público na expansão das matrículas de graduação entre 2012 e 2023, agregando informações sobre o total anual de matrículas nos segmentos *público* e *privado*.

O número de matrículas na *rede pública* aumentou gradualmente ao longo da série, contudo o indicador depende da expansão total que contabiliza também as matrículas na rede privada, as quais oscilam para mais ou para menos. Em 2013, o percentual do indicador ficou em 14,3%, decresceu nos dois anos consecutivos para 10,3% e 10,1% (2014 e 2015), expandindo continuamente até 2018, quando alcançou o percentual mais elevado: 28,1%; em 2019 e 2020 voltou a decrescer para em seguida retornar a um percentual muito próxima ao de 2018. Em 2022 ficou com 24,1%, decrescendo novamente em 2023 (18,4), ainda muito distante da meta de 40,0% de mátriculas no segmento público (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estado de São Paulo
Total de matrículas nas IES públicas e privadas e participação do segmento público na expansão do acesso à graduação
2012-2023



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pública	254	268	276	276	287	307	329	327	327	337	351	357
Privada	1.509	1.592	1.699	1.706	1.667	1.687	1.701	1.705	1.749	1.729	1.815	1.965
Meta		14,3	10,3	10,1	17,2	23,0	28,1	27,1	23,2	27,3	24,1	18,4

Fonte: Inep – Sinopse Estatística da Educação Superior.

A tabela 2 traz as matrículas nos cursos de graduação em 2012 e 2023 por categoria administrativa e modalidade de ensino – *presencial* e *a distância*, bem como a expansão em números absolutos e percentual desse crescimento. Nesse período, os cursos na *modalidade presencial* tiveram uma

retração de 68,5% – foram menos 382,5 mil matrículas, tendo em vista que a expansão dos cursos na *modalidade a distância* apontou um crescimento de 168,5% – um aumento de 940,8 mil matrículas.

A *rede pública*, foco do indicador 12C, apontou crescimento tanto na *modalidade presencial* – com o acréscimo de 32,6 mil (5,8%), quanto na *EaD* – um incremento superior ao das matrículas presenciais – foram mais 70,1 mil matrículas (12,6%), enquando a *rede privada* perdeu 415,1 mil matrículas na *modalidade presencial* e um acréscimo de 870,6 mil matrículas na *modalidade a distância*.

Observando a dinâmica das categorias administrativas no segmento público, tanto na modalidade *presencial* quanto naquela *a distância*, nota-se a relevância dos cursos de graduação EaD para a expansão das matrículas (Tabela 2).

Em 2012, os cursos de graduação totalizavam 89,2% na *modalidade presencial*, dos quais apenas 14,0% eram de responsabilidade das IES públicas, com a predominância da oferta nas redes estaduais – de um total de 246,9 mil matrículas públicas, 69,9% desse universo (172,7 mil) eram oferta das redes estaduais, o complemento era distribuído entre as redes federais e municipais. A rede privada detinha 75,2% de todas as matrículas presenciais (1,326 milhão matrículas).

Em contrapartida, dos 10,8% das matrículas na modalidade a distância, apenas 7 mil eram ofertados pelas IES públicas, as demais (182,7 mil) eram ofertadas pela rede privada – 10,4% do total geral.

Tabela 2: Estado de São Paulo
Matrículas de graduação e taxa de participação por categoria administrativa e modalidade de ensino
2012 / 2023

Modalidade e categoria administrativa	Matrículas 2012		Matrículas 2023		Crescimento 2012-2023		Participação no crescimento
	Nº	Percentual (%)	Nº	Percentual (%)	Absoluto (Nº)	Percentual (%)	
Todos os cursos e IES	**1.763.617**	**100,0**	**2.321.954**	**100,0**	**558.337**	**31,7**	**100,0**
Total presencial	1.573.684	89,2	1.191.151	51,3	-382.533	-24,3	-68,5
Públicos	246.998	14,0	279.660	12,0	32.662	13,2	5,8
Federais	33.537	1,9	59.300	2,6	25.763	76,8	4,6
Estaduais	172.701	9,8	188.300	8,1	15.599	9,0	2,8
Municipais	40.760	2,3	32.060	1,4	-8.700	-21,3	-1,6
Privados	1.326.686	75,2	911.491	39,3	-415.195	-31,3	-74,4
Total EaD	**189.933**	**10,8**	**1.130.803**	**48,7**	**940.870**	**495,4**	**168,5**
Públicos	7.199	0,4	77.377	3,3	70.178	974,8	12,6
Federais	4.915	0,3	1.434	0,1	-3.481	-70,8	-0,6
Estaduais	287	0,0	73.831	3,2	73.544	25.625,1	13,2
Municipais	1.997	0,1	2.112	0,1	115	5,8	0,0
Privados	182.734	10,4	1.053.426	45,4	870.692	476,5	155,9

Fonte: Inep – Sinopse Estatística do Ensino Superior.

O cenário é totalmente diverso em 2023 em que a taxa de participação das matrículas presenciais diminui para 51,3% e as matrículas em cursos EaD complementam essa oferta: 48,7. Do total de 1,191 milhão de matrículas na modalidade presencial, a oferta na rede pública restringiu-se a 12,0% (279,6 mil) do total geral, sendo que apenas as redes federais ampliaram a oferta dos cursos de graduação – a taxa de participação que era de 1,9% em 2012 foi para 2,6% em 2023. Por outro lado, as redes privadas diminuíram sua participação, regredindo de 75,2% em 2012 para 39,3% em 2023.

Do total geral das matrículas em 2023, os cursos a *distância* ampliaram sua participação, responsabilizando-se por 48,7% (1,100 milhão) nessa modalidade, das quais 77,3 mil (3,3%) na esfera pública e 1,053 milhão no setor privado (45,4%). Chama a atenção o aumento significativo da oferta de cursos a distância da rede estadual que foi de 287 matrículas na graduação em 2012 para 73,8 mil – uma ampliação em números absolutos de 73,5 mil registros. A rede municipal teve um pequeno aumento (115 alunos), em 2023, enquanto as redes federais diminuíram a oferta de cursos de graduação a distância.

O Anexo III traz a série histórica das matrículas nos *cursos de graduação pública* – por dependência administrativa, e *privada*, segundo modalidade: *presencial e a distância*, apenas *presencial* e apenas *a distância*.

Considerações Finais

Fica evidente, neste relatório, cujo propósito é monitorar a evolução dos indicadores da meta 12 na educação paulista, que até o momento, nenhum deles alcançou os objetivos planejados, evidenciando que dificilmente as metas previstas serão atingidas.

- O indicador 12 A, taxa bruta da matrícula (TBM), que tem por meta ampliar para 50,0% o acesso da população aos cursos de graduação no ensino superior, alcançou 45,1% em 2023, impulsionado pela oferta nas redes privadas de ensino (38,1%), contrariando o propósito de que essa expansão ocorra nas redes públicas, as quais encontram-se abaixo de 8,5%: a TBM que havia atingido 8,4% em 2022, regrediu para 6,9% em 2023.

- O indicador 12B, taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE), cujo foco é a população de 18 a 24 anos em cursos de graduação (cursando ou concluído), e que tem por meta alcançar 33,0% da população, evoluiu de forma contínua: de 28,6% em 2016 para 31,4% em 2023, porém ainda se encontra abaixo da meta que, para ser atingida, necessita equalizar as diferenças de oportunidades de acesso entre homens e mulheres e brancos e pretos/pardos.

- A evolução do indicador 12B, quando a variável é desagregada por sexo, evidencia as desigualdades entre homens e mulheres, cujo acesso dessas últimas aos cursos de

graduação já ultrapassou a meta em 2022 (36,0%) e, embora tenha regredido em 2023 (35,1%), ainda se encontra acima do estipulado. Quanto aos homens, a trajetória aponta maior dificuldade em direção ao cumprimento da meta, com taxas em torno de 25,0% (24,7% – a menor) e 27,8% (a mais elevada em 2023).

- Reduzir a desigualdade entre *brancos e pretos/pardos* tem sido mais difícil, pois as diferenças entre essas variáveis são muito significativas. A despeito de uma evolução constante das taxas entre os autodeclarados *pretos/pardos*, elas representam quase a metade da taxa dos brancos. A TLE dos brancos já ultrapassou a meta desde 2016: eram 36,0% e alcançou 39,5% em 2023.

- Quanto ao indicador 12C, que prevê uma maior participação do segmento público na oferta de cursos de graduação, a expansão das matrículas nas redes públicas, entre 2012 e 2023, foi de 5,8% no ensino presencial e de 12,6% na modalidade a distância (EaD), tendo esta última sido impulsionada pela expansão de 13,2% na rede estadual. Em contrapartida, a rede privada expandiu significativamente a oferta de graduação na modalidade EaD, com uma taxa de crescimento de 155,9%.

- O cenário desse crescimento de matrículas na modalidade EaD da rede privada com a diminuição de ofertas na modalidade presencial parece ter contribuído para a retração das matrículas nas redes públicas, cuja expansão, apesar de constante no período, atingiu 28,1% – sua taxa mais expressiva em 2018, reduzindo sucessivamente nos anos posteriores: 24,1% em 2022 e 18,4% em 2023.

ANEXOS

ANEXO I

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação
Taxa bruta de matrícula na graduação
2012-2023

Território	Ano										Variação p.p.
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2012/2023
Brasil	30,0	30,5	31,8	33,5	34,6	33,6	36,3	36,2	38,5	40,5	10,6
Norte	23,9	25,7	26,6	28,1	28,5	29,1	31,1	31,7	34,3	34,4	10,5
Nordeste	22,3	23,9	25,8	27,3	27,8	26,8	30,1	29,3	29,3	32,0	9,7
Sudeste	32,8	32,6	33,5	35,7	38,0	35,4	38,1	38,6	42,0	44,4	11,6
Sul	36,4	37,0	38,1	39,8	39,2	41,2	43,0	43,0	46,9	47,7	11,3
Centro-Oeste	38,5	39,1	40,3	40,8	41,2	41,1	43,8	43,3	45,1	47,1	8,6
Acre	28,1	31,8	34,2	35,8	39,1	34,8	36,6	34,4	37,4	35,2	7,1
Alagoas	21,5	22,8	26,5	26,5	26,4	24,8	28,0	23,7	28,0	29,7	8,2
Amapá	34,4	26,7	30,7	36,3	38,3	40,2	43,5	43,6	38,3	39,8	5,4
Amazonas	29,2	29,8	30,3	30,1	34,1	30,7	29,5	32,0	31,9	33,0	3,7
Bahia	21,1	23,2	26,4	28,3	28,9	24,9	29,1	27,5	25,8	30,6	9,5
Ceará	22,4	24,1	25,5	25,6	27,2	28,4	30,4	32,9	33,3	36,3	13,9
Distrito Federal	55,6	57,3	55,9	53,9	53,3	48,7	54,3	57,2	61,6	65,2	9,7
Espírito Santo	32,0	30,6	33,1	34,5	36,8	36,4	35,6	36,0	41,1	42,2	10,2
Goiás	32,4	33,3	35,7	37,4	35,3	36,7	40,6	40,8	40,9	40,8	8,4
Maranhão	16,6	17,3	16,4	19,5	21,7	22,4	26,8	25,5	25,2	27,7	11,0
Mato Grosso	36,3	38,2	37,5	38,2	42,2	42,9	46,9	40,1	37,9	41,2	4,8
Mato Grosso do Sul	37,8	33,8	37,4	38,2	41,7	41,0	36,1	36,6	45,7	49,1	11,4
Minas Gerais	29,2	29,0	30,3	33,5	37,8	31,8	33,7	37,0	36,1	37,3	8,1
Pará	17,9	20,4	22,0	22,2	21,4	24,6	27,3	27,9	32,1	32,0	14,1
Paraíba	27,9	29,2	33,3	32,2	33,6	34,0	33,4	32,5	31,4	33,9	6,0
Paraná	34,4	32,8	34,7	38,2	34,4	38,6	40,3	40,4	45,2	46,4	12,0
Pernambuco	22,9	23,9	25,4	26,3	27,2	23,6	29,7	28,1	29,8	31,6	8,7
Piauí	26,2	27,7	30,5	33,1	30,5	33,3	35,3	35,8	32,8	33,5	7,3
Rio de Janeiro	31,8	30,9	31,7	34,4	35,2	35,0	41,9	42,7	49,7	52,6	20,9
Rio Grande do Norte	24,3	26,4	30,2	34,1	30,4	32,4	36,6	35,5	38,5	36,7	12,4
Rio Grande do Sul	38,8	41,2	41,4	41,3	42,7	43,6	46,2	44,4	51,1	50,8	12,0
Rondônia	28,1	31,0	29,1	32,9	32,6	29,0	34,8	38,2	38,5	39,6	11,5
Roraima	46,1	45,2	41,9	51,1	39,6	42,3	40,2	39,5	32,1	39,8	-6,3
Santa Catarina	36,2	37,2	38,8	40,0	41,6	41,7	42,7	45,0	44,1	45,5	9,3
São Paulo	35,1	35,1	35,7	37,3	39,3	37,5	39,2	38,1	41,9	45,1	10,0
Sergipe	28,1	30,9	27,3	29,7	29,3	32,0	27,2	27,8	27,1	31,2	3,2
Tocantins	24,6	27,8	27,9	35,3	34,6	36,2	37,9	32,0	44,3	40,8	16,2

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep – Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2024.

ANEXO II

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação
Taxa líquida de escolarização na graduação, por sexo e cor ou raça
2012-2023

Território	Total[1]		Mulheres		Homens		Não brancos (negros /pardos)		Brancos	
	2012	2023	2012	2023	2012	2023	2012	2023	2012	2023
Brasil	19,5	25,9	22,3	30,1	16,8	21,8	11,7	19,3	29,5	36,0
Norte	13,2	21,7	15,2	25,8	11,2	17,6	11,1	19,7	21,5	32,0
Nordeste	12,9	20,5	15,4	24,5	10,3	16,5	9,9	17,6	22,5	29,5
Sudeste	22,4	28,6	24,9	32,7	19,9	24,6	12,0	19,8	31,7	38,5
Sul	25,5	29,7	30,0	34,9	21,0	24,8	11,7	18,4	29,2	34,9
Centro-Oeste	25,8	30,4	29,0	35,1	22,5	25,9	20,0	24,5	35,5	41,9
Acre	16,4	24,3	18,8	29,7	13,9	18,9	14,8	22,6	21,7	31,6
Alagoas	12,1	17,6	14,9	23,3	9,1	12,1	9,9	15,0	20,1	24,6
Amapá	18,8	27,5	20,6	32,3	17,1	23,1	16,5	26,3	29,5	32,2
Amazonas	14,7	19,5	16,7	22,0	12,8	16,9	11,6	17,6	28,0	31,7
Bahia	10,3	17,1	13,1	22,3	7,4	11,8	8,8	15,9	17,5	23,5
Ceará	14,3	24,3	16,8	28,3	11,7	20,5	10,5	20,4	24,3	35,0
Distrito Federal	36,5	44,3	40,2	48,3	32,9	40,3	28,9	35,6	47,5	61,0
Espírito Santo	20,9	26,6	25,6	31,6	16,2	21,5	13,4	20,1	31,7	39,7
Goiás	23,4	26,7	26,8	32,9	19,9	21,2	18,8	21,0	32,0	38,5
Maranhão	8,7	18,6	10,3	23,1	7,0	13,8	7,4	16,6	14,5	28,0
Mato Grosso	23,0	22,3	25,0	24,4	21,1	20,4	18,6	19,0	32,0	30,1
Mato Grosso do Sul	23,4	33,7	27,3	38,2	19,8	28,9	15,7	28,6	33,5	40,3
Minas Gerais	19,0	23,2	21,8	27,3	16,4	19,5	11,6	17,6	29,4	33,2
Pará	9,7	20,4	11,6	25,2	7,8	15,7	8,3	18,9	15,6	29,2
Paraíba	16,8	23,2	18,8	26,4	14,8	20,1	12,4	19,3	26,4	31,4
Paraná	26,9	31,3	31,3	37,0	22,3	26,0	13,6	20,2	32,7	38,3
Pernambuco	13,9	21,3	16,7	23,3	11,0	19,1	9,0	18,0	26,5	28,7
Piauí	17,1	23,3	20,1	28,3	14,1	18,8	14,5	21,9	26,5	28,8
Rio de Janeiro	19,9	28,6	21,1	33,7	18,7	23,6	11,4	20,3	30,7	41,1
Rio Grande do Norte	14,0	22,3	17,0	22,9	11,1	21,7	10,0	15,3	20,9	35,4
Rio Grande do Sul	23,1	28,4	27,5	32,9	18,7	24,0	9,7	16,8	25,7	32,6
Rondônia	17,0	25,1	19,1	28,3	14,6	22,0	15,4	21,6	20,4	34,8
Roraima	25,2	23,4	32,9	29,4	18,2	17,7	22,4	22,2	46,3	27,0
Santa Catarina	27,0	29,2	31,6	34,5	22,4	24,0	8,0	16,9	29,8	33,6
São Paulo	25,1	31,4	27,8	35,1	22,5	27,8	12,5	21,0	32,7	39,5
Sergipe	18,2	21,8	20,6	28,2	15,8	15,5	15,0	18,3	29,5	32,7
Tocantins	15,8	26,4	16,7	30,6	15,0	22,1	12,5	22,3	27,9	43,7

Fontes: Elaborado pela Dired/Inep – Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2024 e IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º trimestre, in Banco SIDRA (acesso em 02/04/2025).
Nota: 1 - O total inclui os autodeclarados indígenas, amarelos e cor ou raça ignorados.

ANEXO III

MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ENSINO

Estado de São Paulo – Educação Superior
Matrículas na Graduação por dependência administrativa e modalidade de ensino 2012-2023

Ano	Graduação: Matrícula Presencial e EaD					
	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2012	1.763.617	254.197	38.452	172.988	42.757	1.509.420
2013	1.860.179	268.020	39.813	178.024	50.183	1.592.159
2014	1.974.726	275.841	44.382	179.013	42.446	1.698.885
2015	1.982.054	276.166	47.740	181.736	46.690	1.705.888
2016	1.954.141	286.964	50.544	189.014	47.406	1.667.177
2017	1.993.833	307.160	52.343	208.508	46.309	1.686.673
2018	2.029.396	328.857	53.606	230.527	44.724	1.700.539
2019	2.031.349	326.794	56.188	228.054	42.552	1.704.555
2020	2.075.171	326.523	58.631	231.063	36.829	1.748.648
2021	2.065.447	336.638	64.287	238.466	33.885	1.728.809
2022	2.166.448	351.232	61.877	254.928	34.427	1.815.216
2023	2.321.954	357.037	60.734	262.131	34.172	1.964.917

Fonte: Inep – Sinopse Estatística da Educação Superior (2012-2023).

Estado de São Paulo – Educação Superior
Matrículas na Graduação por dependência administrativa e modalidade de ensino 2012-2023

Ano	Graduação: Matrícula Presencial					
	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2012	1.573.684	246.998	33.537	172.701	40.760	1.326.686
2013	1.643.925	261.082	35.384	177.673	48.025	1.382.843
2014	1.715.515	270.652	40.641	178.489	51.522	1.444.863
2015	1.717.275	268.927	44.504	178.836	45.587	1.448.348
2016	1.660.777	276.682	47.842	183.042	45.798	1.384.095
2017	1.646.354	280.082	50.391	184.983	44.708	1.366.272
2018	1.611.198	286.070	52.051	190.784	43.235	1.325.128
2019	1.548.848	289.310	55.018	193.371	40.921	1.259.538
2020	1.436.938	284.602	57.445	192.133	35.024	1.152.336
2021	1.268.266	283.739	62.204	189.289	32.246	984.527
2022	1.204.736	281.070	60.389	188.088	32.593	923.666
2023	1.191.151	279.660	59.300	188.300	32.060	911.491

Fonte: Inep – Sinopse Estatística da Educação Superior (2012-2023).

Estado de São Paulo – Educação Superior
Matrículas na Graduação por dependência administrativa e modalidade de ensino
2012-2023

Ano	Graduação: Matrícula EaD (Educação à Distância)					
	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2012	189.933	7.199	4.915	287	1.997	182.734
2013	216.254	6.938	4.429	351	2.158	209.316
2014	259.211	5.189	3.741	524	924	254.022
2015	264.779	7.239	3.236	2.900	1.103	257.540
2016	293.364	10.282	2.702	5.972	1.608	283.082
2017	347.479	27.078	1.952	23.525	1.601	320.401
2018	418.198	42.787	1.555	39.743	1.489	375.411
2019	482.501	37.484	1.170	34.683	1.631	445.017
2020	638.233	41.921	1.186	38.930	1.805	596.312
2021	797.181	52.899	2.083	49.177	1.639	744.282
2022	961.712	70.162	1.488	66.840	1.834	891.550
2023	1.130.803	77.377	1.434	73.831	2.112	1.053.426

Fonte: Inep – Sinopse Estatística da Educação Superior (2012-2023).

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

Diretoria de Projetos Especiais – DPE
Bety Tichauer

Gerência de Planejamento e Ações Estratégicas – GPAE
Fernanda da Silva Lorenzani Gatos – respondendo pela Gerência

Departamento de Informações Educacionais e Pesquisas – DIEP
Maria Isabel Pompei Tafner (Chefe)
Helia Aparecida de Freitas Bitar
Helio Amorim de Oliveira
Jesilene Fatima Godoy
Maria Cristina Amoroso Alves da Cunha
Maria Goreti Lucinda
Maria Lúcia de Rezende
Octávio Ferraz Brochado de Almeida Filho

Apoio Administrativo
Vanderli Domingues

FDE FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO